

Servidores do Rio de Janeiro vão lutar por melhorias no PL 2.648

Os servidores do Judiciário Federal do Rio decidiram lutar pela negociação do PL 2648, apresentando melhorias ao projeto, como a proposta de reduzir o prazo de implementação para dois anos, entre outras. A deliberação foi aprovada na assembleia geral da categoria realizada no dia 26 de novembro, em frente à Justiça Federal Rio Branco, no Centro do Rio. A posição dos funcionários no estado foi levada pela diretoria do Sisejufe à reunião da Fenajufe, que ocorreu no dia 27, em Brasília. Além do Rio de Janeiro, outros onze estados deliberaram pelo mobilização para melhorar o PL 2648. Apenas Distrito Federal e Alagoas votaram pelo arquivamento do projeto. No encontro da federação, representantes sindicais de todo país deliberaram também lutar por melhorias ao PL 2648

No Rio, com debates acalorados, 12 servidores manifestaram suas posições que incluíam o arquivamento do projeto; a aprovação somente com emendas alterando o texto original;

e aprovação do projeto com emendas, desde que estas não inviabilizem a tramitação. A assembleia entendeu, por unanimidade, pelo não arquivamento do PL 2648.

Terminadas as defesas, restaram duas propostas a serem votadas. A primeira defendia a negociação do PL 2648, com a supressão da emenda que absorve os 13,23%, redução do parcelamento e a retirada do aumento na CJ. Caso não houvesse essas alterações, o projeto seria recusado.

A proposta vencedora, apresentada pela diretoria do Sisejufe, defendeu o PL 2648, trabalhando pelas mesmas emendas, desde que essas alterações não inviabilizem a sua aprovação. Com a decisão da assembleia, a categoria no Rio de Janeiro, por ampla maioria, avaliou que não pode correr o risco de ficar mais tempo sem reajuste.

A assembleia teve mais de 500 participantes. O presidente do sindicato, Valter Nogueira Alves, acredita que a presença maciça dos servidores e servi-



Categoria no Rio aprova, em assembleia geral, lutar pela melhora do PL 2648 e diz “não ao reajuste zero”

doras é reflexo da importância do tema para a categoria.

“Não dá para agir de forma irresponsável, levando a categoria a não ter reajuste pelos próximos anos e correr o risco de enfrentar o fantasma das carreiras exclusivas nos tribunais superiores. Temos que virar a página. A categoria precisa discutir outros temas importantes, como plano de carreira e a data-base

com o restante do funcionalismo federal. A luta foi bonita, mas a gente não pode morrer, tem que sair de pé e garantir o reajuste ainda este ano”, disse.

Em Brasília, a reunião da Fenajufe seguiu o mesmo entendimento da categoria no Rio e rejeitou reajuste zero, direcionando a luta pela aprovação do PL 2648 com melhorias. Os dirigentes deliberaram pelos seguintes avanços:

redução do prazo para dois anos; absorção do percentual dos 13,23%; e remanejamento do valor das CJs para o vencimento dos servidores.

Por consenso, foi deliberado lutar pela aprovação do requerimento de urgência e garantir que não haja reajuste zero. A categoria do Rio foi representada pela a diretora do Sisejufe Lucilene Lima.

Editorial

É preciso seguir na mobilização

Quase quatro meses da mais aguerrida greve da nossa história se passaram e deixaram o que de mais precioso conquistamos até hoje, mais do que remuneração: nossa identidade como categoria de trabalhadores que somos. Nossa união e a grande demonstração de força foi materializada no resultado da sessão do Congresso Nacional que garantiu 251 votos em nosso favor. Já somos vitoriosos! A direção do SISEJUFE teve o prazer de contabilizar mais de três meses de atuação ininterrupta em Brasília pela derrubada do veto 26,

contando com a participação inovadora e criativa de colegas que se entregaram de corpo e alma ao protagonismo da base. Saímos da invisibilidade para as primeiras páginas dos jornais, um divisor de águas após o qual nunca mais seremos os mesmos. Nunca mais seremos negligenciados, nem tratados como subcategoria.

Em greve desde 10 de junho e trabalhando incansavelmente desde 22 de julho pela derrubada do veto 26, o sindicato enviou incontáveis caravanas a Brasília. Estivemos juntos com os colegas de outros estados nos corredores, no plenário

e no gramado do Congresso Nacional. Gritamos em uma só voz pela derrubada do veto, mais ainda quando manobra após manobra, partimos para manifestações no Salão Verde da Câmara dos Deputados.

Reafirmamos ainda que todas as formas de colaboração ao longo de todo esse processo foram importantes para os resultados que alcançamos, desde aqueles que se sacrificaram pessoalmente indo a Brasília, alguns por uma vez, outros por sete vezes, até aqueles que trabalharam nas redes sociais, nas ligações telefônicas, nas recepções nos aeroportos, participando dos atos, passea-

tas e assembleias, recolhendo contribuições para as caravanas, mobilizando nos corredores e em cada local de trabalho.

Por ter assistido a toda a podridão do processo legislativo brasileiro bem debaixo do nosso nariz, as negociatas suplantando a justiça da nossa causa, a comercialização de Ministérios, cargos e emendas parlamentares, tendo a nossa categoria como moeda de troca, a direção do sindicato exorta todos os colegas a compartilharem da nossa revolta e indignação para dar continuidade a essa luta e assegurar o que é nosso por

direito. Se não alcançamos a tabela que nos garantiria o PLC 28, fato é que precisamos virar essa página e seguir em frente, utilizando o notável capital político até aqui acumulado para garantir as alterações ao PL 2648, conforme deliberado pela categoria na reunião da Fenajufe com os sindicatos no dia 27/11. Após tanta luta, a direção do Sindicato entende que o zero está absolutamente fora de questão: a hora é de seguirmos mobilizados. Venha conosco, pois juntos somos mais fortes!

A mobilização que entrou

Reajuste Salarial

Derrota apertada mostra que a chance de derrubar o veto foi real e que os servi

Os servidores do Judiciário Federal não se deixaram abater com a manutenção do veto da presidenta Dilma Rousseff ao PLC 28. Depois de tanta mobilização, a categoria demonstrou que é capaz e decidiu manter a organização para construir uma alternativa que se contraponha a esse resultado no Congresso. A direção do Sisejufe defendeu a continuidade da luta pela reposição das perdas salariais e a categoria no Rio entendeu que os esforços agora precisam se voltar para a aprovação do PL 2648, mesmo que o projeto tenha sido encaminhado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) sem que ela fosse consultada. A avaliação é que, com o trabalho e esforços feitos pelo PLC 28, será possível melhorar a nova proposta, negociando, por exemplo, a diminuição do prazo de implementação, entre outros itens.

Vitória política

A votação do dia 17 de novembro marcou histórica luta protagonizada pela categoria desde maio, representando grande vitória política. O governo pressionou até o último momento, oferecendo inclusive cargos, para evitar que o reajuste fosse aprovado. Os servidores também tiveram de enfrentar o descaso do próprio Poder Judiciário – uma vez que o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, retirou o apoio ao projeto de recomposição salarial que ele mesmo havia encaminhado ao Congresso Nacional. Além disso, foi preciso encarar os ataques da grande imprensa que, influenciada por argumentos mentirosos divulgados pelo Ministério do Planejamento, insistiu em distorcer dados e colocar a opinião pública contra a categoria.



Milhares de Servidores pararam o Centro do Rio de Janeiro em três passeatas que entraram para a história do Judiciário Federal

Mesmo assim, a chance de derrubar o veto foi real e se chegou muito perto da vitória. O veto foi mantido em uma votação apertada na Câmara dos Deputados, por uma diferença de apenas seis votos. Para a derrubada, eram necessários 257

votos entre os deputados, ou seja, maioria absoluta. O placar foi de 251 votos pela derrubada, 132 pela manutenção e 11 abstenções. Como a Câmara manteve o veto, os senadores não chegaram a votar. Para garantir a derrubada de um veto,

as duas casas precisam votar no mesmo sentido.

A mobilização que entrou para a história

A histórica mobilização e a grande participação dos servidores das justiças Federal,

Como votaram os deputados do Rio de Janeiro

Alessandro Molon	REDE	Não
Alexandre Serfiotis	PSD	Sim
Alexandre Valle	PRP	Não
Aureo	SDD	Não
Benedita da Silva	PT	Sim
Cabo Daciolo	S.Part.	Não
Celso Jacob	PMDB	Sim
Chico Alencar	PSOL	Não
Chico D' Angelo	PT	Sim
Deley	PTB	Não
Dr. João	PR	Não
Ezequiel Teixeira	SDD	Não
Felipe Bornier	PSD	Não
Fernando Jordão	PMDB	Sim

Francisco Floriano	PR	Não
Glauber Braga	PSOL	Não
Hugo Leal	PROS	Sim
Indio da Costa	PSD	Não
Jair Bolsonaro	PP	Não
Jandira Feghali	PCdoB	Sim
Jean Wyllys	PSOL	Não
Julio Lopes	PP	Sim
Laura Carneiro	PMDB	Sim
Luiz Carlos Ramos	PSDC	Não
Luiz Sérgio	PT	Sim
Marcelo Matos	PDT	Não
Marquinho Mendes	PMDB	Sim
Miro Teixeira	REDE	Não

Otavio Leite	PSDB	Não
Roberto Sales	PRB	Não
Rodrigo Maia	DEM	Não
Rosângela Gomes	PRB	Não
Simão Sessim	PP	Sim
Soraya Santos	PMDB	Abstenção
Sóstenes Cavalcante	PSD	Não
Wadîh Damous	PT	Sim
Walney Rocha	PTB	Sim
Zé Augusto Nalin	PMDB	Sim
Total Rio de Janeiro: 38		
Marcaram presença, mas não votaram:		
Altineu Cortes (PR)		
Cristiane Brasil (PTB)		
Washington Reis (PMDB)		



SISEJUFÉ: Filiado à FENAJUFÉ e à CUT
SEDE: Av. Presidente Vargas 509/11º andar
 Centro – Rio de Janeiro – RJ – CEP 20071-003
TEL./FAX: (21) 2215-2443
PORTAL: <http://sisejufe.org.br>
ENDEREÇO: imprensa@sisejufe.org.br

DIRETORIA: Adriana Aparecida P. Tangerino, Adriano Nunes dos Santos, Alexandre G. dos Santos, Amadenison V. Ramos, Amaro das G. Faustino, Ângelo Henrique V. da Rocha, Célia Mara L. Latini, Cláudio Vieira de Amorim, Dulavim de O. Lima Junior, Edson Mouta Vasconcelos, Eduardo Ramos de Lima e Silva, Eliana P. Campos, Fábio Filardi da Silva, Fernanda Estevão Picorelli, Fernanda Lauria, Helena Guimarães Cruz, Joel Lima de Farias, Jorge Luiz F. de Queiroz, José Fonseca dos Santos, Jovelina Alves da Silva, Leonardo M. Peres, Lucena P. Martins, Lucilene L. Araújo de Jesus, Luís Amauri P. de Souza, Marcelo Costa Neres, Mariana Ornelas de A. G. Liria, Mário César P. D. Gonçalves, Maristela de Souza Vicente, Mauro Nilson F. dos Santos, Moisés Santos Leite, Neli da Costa Rosa, Olker G. Pestana, Ricardo de A. Soares, Ricardo Quiroga Vinhas, Ricardo S. Valverde, Rinaldo de Oliveira Moraes, Ronaldo Almeida das Virgens, Sidnei Barbosa Seixas, Sonia Regina Rezende, Soraia G. Marca, Valter N. Alves, Willians F. de Alvarenga. **ASSESSORIA POLÍTICA:** Vera Miranda.

REDAÇÃO: Max Leone (MTE RJ/19002/JP) – Tais Faccioli (MTE 22185) – Cristiane Vianna Amaral (MTE/RS 8685)

DIAGRAMAÇÃO: Deisedóris de Carvalho – **CHARGE:** Latuff – **CONSELHO EDITORIAL:** Ricardo Quiroga Vinhas, Max Leone, Fortunato Mauro, Valter Nogueira Alves e Vera Miranda. **IMPRESSÃO:** Gráfica Mec Editora Ltda. Tiragem: 8.300

para a história

dores do Judiciário Federal têm força para novas negociações

Organizados e com apoio da direção do Sisejufe, os servidores do Rio de Janeiro deram exemplo de determinação na greve e na luta pela recomposição salarial

Eleitoral e do Trabalho foram de fundamental importância para fortalecer o movimento. A pressão exercida pelos funcionários de diferentes foros e tribunais, as várias passeatas, principalmente no Rio, e as caravanas a Brasília contribuíram para a construção da greve nacional mais forte da história do Judiciário Federal.

Desde julho, quando a correção salarial foi vetada pelo Planalto, servidores protestaram em frente ao prédio do Congresso pela derrubada da posição a cada sessão convocada. Os sindicatos não mediram esforços, entre eles o Sisejufe, para viabilizar suas caravanas. Alguns, com dificuldades financeiras, passaram a contar com doações

dos colegas para ajudar nos custos das viagens.

No Rio de Janeiro, organizados e com apoio da direção do Sisejufe, os servidores deram exemplo de determinação. Muitos tiveram a oportunidade de integrar as caravanas, outros participaram de atividades quase que diárias nos locais de trabalho durante a greve. Além das passeatas, que reuniram milhares de pessoas no Centro do Rio, foram feitos “buzinaços” e “apitaços”, arrastões de mobilização, saraus nas portas dos prédios, caminhadas, panfletagem e campanhas nas mídias sociais para esclarecer à população sobre os motivos do movimento paredista. Novas lideranças surgiram, tanto entre os grupos que viajaram a Brasília e cuidaram das articulações junto aos parlamentares, como entre os que deram suporte na base.

A luta se expandiu para fora da capital e arregimentou muitos servidores lotados em municípios da Baixada Fluminense e do interior do estado. Passeatas e atos nesses locais também mostraram a disposição do pessoal de outras regiões, fortalecendo ainda mais a mobilização histórica da categoria.

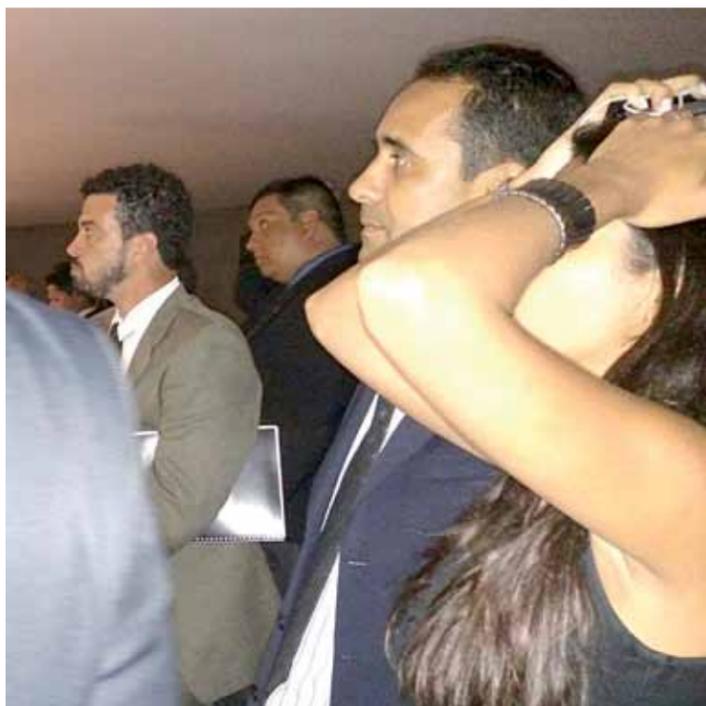
Projeto que virou bandeira de luta da categoria foi resgatado pelo Sisejufe

O PLC 28 – projeto de recomposição salarial dos servidores

do Judiciário Federal que teve o veto presidencial mantido por pequena margem de votos – é resultante da política coerente da direção do Sisejufe em resgatar o então PL 6613 de 2009, como alternativa de negociação. A diretoria mostrou ser possível construir uma política de reposição das perdas inflacionárias até que a aprovação da Carreira Judiciária consolide elementos de valorização dos cargos e salários dos servidores do Judiciário Federal. O Sisejufe levantou esta bandeira baseada no estudo encomendado à Washington Lima, especialista em orçamento e conhecedor profundo das negociações com o Poder Judiciário Federal, que comprovou a viabilidade financeira do PL.

A diretriz se mostrou acertada com a tramitação e apresentação por parte do STF de um substitutivo, o PL 7920, que foi enviado ao Congresso. Todo trabalho de articulação política e mobilização da categoria resultou em vitória na Câmara. Diante da pressão das entidades sindicais, entre elas o Sisejufe e a Fenajufe, nenhum deputado federal apresentou recurso após vitória na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Casa. O projeto seguiu para votação no Senado, onde foi aprovado em plenário também por unanimidade.

No dia 21 de julho, no entanto, a presidenta Dilma vetou o reajuste. Depois de vários adiamentos, no dia 22 de setembro, os vetos presidenciais foram analisados na sessão conjunta do Congresso Nacional, mas seis vetos, entre eles o de reajuste do Judiciário, não foram votados naquele dia. Após essa data, houve várias tentativas de realizar nova sessão para analisar os vetos pendentes e os que entraram na pauta. A votação só aconteceu no último dia 17 de novembro. Mesmo com a derrota, deve-se ressaltar que este foi o único projeto capaz de unir toda uma categoria, de Norte a Sul do país.



Decepção dos servidores com a manutenção do veto ao PLC 28/2015

Apagão Solidário arrecada doativos para vítimas da tragédia de Mariana (MG)

Doações foram entregues pela diretoria do Sisejufe ao Colégio Militar do Rio de Janeiro, que está centralizando o envio para os desabrigados

A solidariedade e expectativa pela votação do veto presidencial do PLC 28 do aumento dos servidores do Judiciário Federal tomaram conta de alguns tribunais no Rio, como o Tribunal Regional do Trabalho (TRT), o Tribunal Regional Federal (TRF) e da Justiça Federal em São Gonçalo. Os servidores Jan Pierre, do TRT da Augusto Severo, e Kátia Nascimento, do TRF da Rua do Acre, foram os primeiros funcionários a participar do Apagão Solidário no último dia 17, em prol das vítimas da campanha de doação de alimentos para as vítimas da tragédia que arrasou a cidade de Mariana (MG) e região, após o rompimento de barragens das

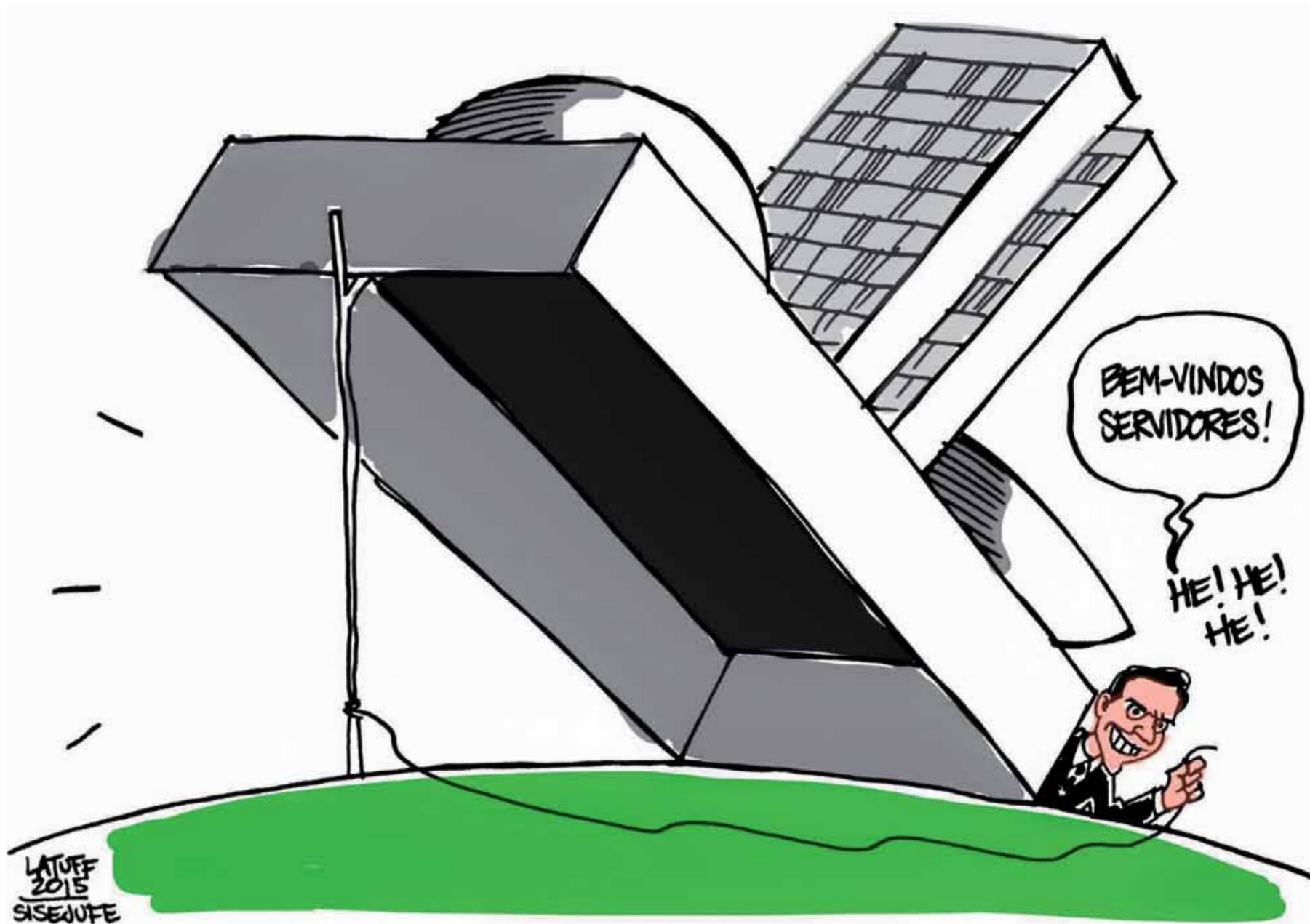
mineradora Samarco.

Kátia Nascimento classificou o episódio de Mariana como um verdadeiro “assassinato” cometido pela empresa responsável. “Não houve nenhuma fatalidade e sim um crime contra a Humanidade. Essa doação é o mínimo que podemos fazer”, disparou a técnica judiciária há 17 anos no TRF.

Em São Gonçalo, os servidores do foro local angariaram doações como galões de água, brinquedos, livros infantis, roupas e gêneros alimentícios não perecíveis. Uma parte dos produtos arrecadados foi destinada para o Asilo Cristo Redentor, situado naquele município, e para os terceirizados que trabalham no apoio operacional da Justiça Federal daquela sede.

A ação foi realizada sob a supervisão da comissão de mobilização, coordenada pela diretora do Sisejufe Fernanda Picorelli. “A ideia era marcar a luta da categoria pela derrubada do veto presidencial 26 e foi muito gratificante o dinamismo que foi dado a essa ação política, que redundou em benefício daqueles que se encontram em condições sociais adversas, ou até mesmo em situação indigna”, explica a dirigente sindical.





Relator protocola adendo ao PLDO para viabilizar isonomia dos chefes de cartório

Justiça Eleitoral Iniciativa do deputado é resultado da articulação política do Sisejufe

O relator do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) de 2016, deputado Ricardo Teobaldo (PTB-PE) protocolou no dia 1º de dezembro o adendo ao Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentária (PLDO) elaborado pela direção do Sisejufe na semana passada. Aprovar a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) modificada pelo adendo é o primeiro passo para reverter o corte promovido na Lei 13.150/15, que estabelece a isonomia dos chefes de cartório da Justiça Eleitoral. A iniciativa do deputado é resultado da articulação política que a direção do Sisejufe tem desenvolvido com diversas lideranças do Parlamento e do governo federal.

Na tarde de 1º de dezembro, a diretora do Sisejufe Fernanda Lauria e o diretor-presidente da entidade, Valter Nogueira

Alves, reuniram-se com o relator da LDO na Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO). A dirigente sindical reforçou ao deputado que na reunião com o senador Humberto Costa (PE), líder do PT no Senado, com a secretária de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Gestão (MPOG), Esther Dweck, e o secretário-adjunto de Orçamento Federal, George Alberto Soares, ocorrida na semana anterior, os representantes do ministério reconheceram o problema e se comprometeram em apresentá-lo ao ministro Nelson Barbosa.

Após confirmar com o senador petista a informação de que o MPOG estava de acordo com modificação do parágrafo 12 do Art. 78 do PLDO, o relator solicitou à assessoria da CMO que preparasse o



Dirigentes sindicais reunidos com o senador Humberto Costa e representantes do Ministério do Planejamento

documento oficial para apresentação do adendo proposto pela direção do Sisejufe. No mesmo dia, a diretora do sindicato teve a confirmação de que o adendo havia sido preparado. “O deputado Ricardo Teobaldo nos mostrou o documento oficial para inclusão do adendo que será apresentado. Agora, temos

que ficar atentos à votação da LDO”, afirmou Fernanda.

A informação de que o adendo foi protocolado na mesa do Congresso Nacional foi passada pelo próprio relator para a diretora Fernanda Lauria em encontro realizado no dia 2 de dezembro na sessão conjunta do Congresso Nacional. O PLDO acabou não sendo apre-

ciado nas sessões conjuntas realizadas essa semana.

Depois que a LDO for aprovado com a modificação proposta pelo Sisejufe, o próximo passo para a implementação da isonomia dos chefes de cartório será recompor a dotação orçamentária referente à Lei 13.150/15, cortada do anexo V do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA).

Foto: Valcir Araujo